

## **ESPAÇO, TERRITÓRIO E LUGAR: revisão da literatura dos estudos em gestão social sobre formação sócio-espacial**

*SPACE, TERRITORY AND PLACE: literature review on social management studies regarding socio-spatial formation*

*Luís Fernando Silva Andrade*<sup>1</sup>

*Valderí de Castro Alcântara*<sup>2</sup>

*Florence Rodrigues Pereira*<sup>3</sup>

*José Roberto Pereira*<sup>4</sup>

---

### **RESUMO**

Objetiva-se neste artigo compreender o uso de conceitos centrais de formação sócio-espacial nos estudos de gestão social. Na fundamentação teórica realizou-se reflexões acerca da gestão social e formação sócio-espacial (com destaque para território, espaço e lugar). Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma revisão integrativa na base de periódicos SPELL e em edições especiais dos periódicos 'Cadernos EBAPE.BR' e 'Organizações Rurais & Agroindustriais' que resultou em 29 artigos após filtros de adequação e aderência, foram analisados no *software NVivo 10*. Os resultados indicam que, ainda o campo de gestão social tenha avançado nas pesquisas sobre os Territórios da Cidadania, a formação sócio-espacial ainda permanece como uma lacuna no campo. As categorias centrais sobre formação sócio-espacial (território; espaço social e lugar), estão em sua grande maioria, pouco exploradas ou sub-teorizadas, assim como os principais autores que tratam de formação sócio-espacial. Destaca-se a aplicação do conceito de espaço de Milton Santos e as contribuições desse autor para o campo da Gestão Social.

Palavras-chave: Gestão Social. Território. Espaço. Lugar. Revisão Integrativa.

### **ABSTRACT**

*This article aims to understand the use of central concepts of socio-spatial formation in the social management studies. In theoretical foundation we conducted reflections on social management and socio-spatial formation (especially territory, space and place). The methodological procedures were*

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração - PPGA-UFLA. E-mail: andradelfs@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Administração - PPGA-UFLA. E-mail: valderidecastroalcantara@gmail.com>

<sup>3</sup> Bacharel em Direito. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). E-mail: florencedireito@yahoo.com.br>

<sup>4</sup> Doutor e Sociologia. Professor - Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (DAE/UFLA). E-mail: jrobertopereira@gmail.com

*performed in an integrative review in SPELL periodic basis and in special issues of journals ‘Cadernos EBAPE.BR’ and ‘Rural & Agroindustrial Organizations’ which resulted in 29 articles after adequacy and adherence filters, analyzed in NVivo 10 software. We note that, although the social management field has advanced in research on the Territories of Citizenship, socio-spatial formation still remains a gap in the field. The central categories of socio-spatial formation (territory, social space and place), are for the most part, unexplored or under-theorized. as well as the main authors who deal with socio-spatial formation. It is worth mentioning the application of Milton Santos’s concept of space and the contributions of this author to the field of Social Management.*

*Keywords: Social management. Territory. Space. Place. Integrative review.*

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão social enquanto processo gerencial dialógico compartilhado e pautado no bem comum (TENÓRIO, 1998, 2005), guarda estreita relação com o enfoque territorial do desenvolvimento (PEREIRA *et al.*, 2011; FISCHER, 2012). Com isso a questão do território parece ser um tema emergente no campo da gestão social (ZANI; TENÓRIO, 2011, 2014; FISCHER, 2012, IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2011). Para além dessa constatação, almejamos neste artigo problematizar a formação sócio-espacial enquanto teoria relevante para a gestão social com enfoque territorial, buscando evidenciar como a literatura atual de gestão social trata conceitos como espaço, território e lugar.

Indaga-se neste artigo: como a formação sócio-espacial e seus conceitos centrais são ‘apropriados’ pelos estudos de Gestão Social? Para responder tal questão, temos como objetivo compreender o uso de conceitos centrais de formação sócio-espacial nos estudos de Gestão Social. Especificamente, busca-se identificar e problematizar o uso de autores e categorias centrais das teorias de formação (a) sócio-espacial; e (b) identificar as características centrais da produção científica em gestão social que trata de formação sócio-espacial.

Justifica-se a realização do presente trabalho tendo em vista que nenhuma sistematização da produção em gestão social e território foi realizada até o momento, e, além disso, a revisão integrativa realizada contribui na identificação de lacunas no que se refere a relação entre gestão social e as teorias de formação sócio-espacial. Cabe ainda destacarmos que a fundamentação teórica em formação sócio-espacial pode fornecer um ‘norte’ para pesquisadores que desconhecem a área e desejam aprofundar seu conhecimento.

Este artigo contempla, além desta (1) introdução, uma (2) fundamentação teórica dividida entre gestão social e formação sócio-espacial; (3) os procedimentos metodológicos empregados; (4) os resultados e discussões. Por fim, são apresentadas as (5) considerações finais do artigo, nas quais destacamos as limitações e possibilidades de novas pesquisas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Gestão social

O contexto teórico da origem dos estudos em gestão social na década de 1990 destaca-se pela busca de formas alternativas e mais democráticas de gestão e de conhecimentos sobre a gestão em detrimento das teorias organizacionais ‘tradicionais’ (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; ALCÂNTARA, 2015). Para Tenório (2013, p. 2) “são vários os elementos que animam este repto, entre os quais destacamos que, à semelhança de outras, a sociedade brasileira, desde os anos 1990, e inspirada na Constituição de 1988, tem exigido mudanças no modo como a sua relação ocorre com o Estado e o mercado” (TENÓRIO, 2013, p. 2). Na busca disso, “existe um movimento de pesquisadores no país que desde a década de 1990 vem se debruçando sobre esta temática” (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 682). No caso brasileiro, Tenório (2013) relata que a ideia era tirar a gestão ‘da mão de tecnocratas’ em prol de uma visão democrática ampla:

Falamos do social quando desejamos falar daquilo que é “concernente à sociedade” [...] Fazemos referência à possibilidade de uma atitude gerencial compartilhada entre os diversos atores, quer no interior das organizações (dirigentes e funcionários), quer entre organizações (poder público, mercado e sociedade civil), na qual o processo de tomada de decisão deve ser compartilhado em direção ao bem comum, ao bem-estar da sociedade [...] (TENÓRIO, 2013, p. 15-16).

Hoje é possível inferir que “a Gestão Social não é uma narrativa uniforme e homogênea” (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 240). A Figura 1 apresenta alguns conceitos centrais no campo.

Quadro 1: Diversidade de conceitos de gestão social.

Conceitos de Gestão Social	Conceito	Referência
“[...] um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”.		Tenório (1998, p. 16)
“[...] modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele (tradicional) do mercado e do Estado [...]”.		França Filho (2003, p. 4)
“[...] gestão social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)”.		Tenório (2005, p. 102)
“[...] um ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, que resulte em parcerias intra e interorganizacionais, valorizando as estruturas descentralizadas e participativas, tendo como norte o equilíbrio entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva, para alcançar enfim um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo”.		Gondim, Fischer & Melo (2006, p. 7)
“[...] gestão que produza os bens públicos e reproduza os valores sociais que permitam o florescimento deste espaço articulado pelo TS [terceiro setor]”		Cabral (2008, 25)
“[...] um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação”.		Cançado (2011, p. 205)

“Pode-se concluir que a gestão do desenvolvimento social é um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e social”.	Fischer (2012, p. 118)
“[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.	Cançado, Tenório & Pereira (2011, p. 697)
“[...] ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum”.	Cançado, Pereira & Tenório (2013, p. 17).
“A gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalece a lógica humanitária, do interesse público e social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetário”.	Araújo (2014, p. 88).

Fonte: Adaptado de Garcia (2016, p. 62).

Apesar da diversidade de conceitos e temas, Cançado, Pereira & Tenório (2015) sistematizaram categorias teóricas centrais da gestão social, a saber: democracia deliberativa, dialogicidade, emancipação, esfera pública, interesse bem compreendido, intersubjetividade, racionalidade, solidariedade e sustentabilidade – as categorias interorganizações e comunidades de prática presentes na primeira edição do livro (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013) passaram a ser consideradas como modos de organização e não categorias teóricas centrais na edição de 2015 (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Os autores delimitam a gestão social como: “um processo dialético de organização social próprio da esfera pública fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 178).

Também diante dos diversos autores e perspectivas do campo, Peres Jr. & Pereira (2014) identificaram quatro abordagens: abordagem crítica frankfurtiana<sup>5</sup>, abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional<sup>6</sup>, abordagem da administração pública societal<sup>7</sup> e abordagem puquiana<sup>8</sup>.

1. corrente derivada da teoria crítica frankfurtiana, na qual se destacam os trabalhos de Fernando Guilherme Tenório, da EBAPE/FGV e de Genauto Carvalho de França Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); [...] 2. aquela baseada na noção de gestão do desenvolvimento social conduzido por interorganizações, desenvolvida pela Prof.<sup>a</sup> Tânia Maria Diederichs Fischer, coordenadora do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA); [...] 3. abordagem centrada nos conceitos de administração pública societal, de Ana Paula Paes de Paula (UFMG); [...] 4. abordagem puquiana, que recebe esse nome tendo em vista a origem e/ou local de atuação de seus autores – a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) –, na qual se destacam os textos de Ladislau Dowbor e os livros *Gestão social: uma questão em debate* (RICO; RAICHELLIS, 1999) e *Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor* (CAVALCANTI; NOGUEIRA, 2006). (PERES JÚNIOR; PEREIRA, 2014, p. 226).

<sup>5</sup> Ligada ao referencial habermasiano e a contraposição entre gestão social e estratégica realizada por F. G. Tenório.

<sup>6</sup> Destaque para os textos de T. Fischer (2012) sobre desenvolvimento e interorganizações.

<sup>7</sup> Relacionada ao modelo societal de Paes de Paula.

<sup>8</sup> Ênfase em debates sobre terceiro setor, ONGs e avaliação.

Recentemente, Guerra & Teodósio (2015) apresentaram que a gestão social se forma como um campo híbrido de processos de gestão heterogêneos (Figura 2). Segundo os autores, a figura destaca “uma sobreposição dos temas que expressam a Gestão Social a fim de contemplar a integração conceitual existente entre eles” (GUERRA; TEODÓSIO, 2015, p. 50). Além disso, o fim (finalidade) comum da gestão social estaria presente nos conceitos de participação, emancipação e desenvolvimento social. Guerra & Teodósio (2015) destacam com ênfase a noção de que a gestão social é formada por múltiplos saberes.

Figura 2 - Gestão Social: Campo em construção, temas em evidência.



Fonte: Guerra & Teodósio (2015, p. 50).

Por sua vez, Alcântara *et al.* (2015) sintetizaram os diversos *locus* da gestão social presentes na literatura a partir das abordagens delineadas por Peres Junior & Pereira (2014). Este estudo revelou uma diversidade de *locus* da gestão social: sociedade civil, terceiro setor; qualquer sistema; esferas públicas; espaços públicos; espaço intermediário; conselhos gestores; experiências participativas; movimentos sociais; ONGs; parcerias trissetoriais; territórios; interorganizações e espaços locais (ALCÂNTARA, 2015; ALCÂNTARA *et al.*, 2015). Dessa forma, ‘território’ aparece como um dos *locus* da gestão social – portanto, também categoria teórico-empírica. Adiante, a categoria ‘território’ é mais explorada pela abordagem do desenvolvimento social interorganizacional e recentemente por atores da abordagem frankfurtiana como Zani (2011) & Tenório (2014). Todavia, como notamos, *a priori*, nos parece que ela ainda é uma categoria (com seus diversos conceitos) pouco estudada teoricamente e empiricamente.

Não possuindo foco na categoria território, Alcântara *et al.* (2015, p. 8) apenas indicam pesquisas que investiguem “se as práticas desenvolvidas nestes espaços são gerenciais dialógicas

e em que medida contribuem para um desenvolvimento social”. Por sua vez, Fischer (2012 p. 114; grifo nosso) destaca a importância da concepção de território ao colocar que a gestão social “não é a gestão de processos descontextualizados, mas sim ancorados **territorialmente**” e Zani & Tenório (2014) indicam que um território envolve atores locais como empresários, associações civis, agentes públicos e outros. A citação também destaca a relevância do território:

[...] a construção de uma iniciativa num determinado **território** é permeada por diversos fatos, diálogos e eventos inesperados e não lineares [...]. Nesse contexto, emerge a cidadania deliberativa como um conceito teórico apropriado, pois a busca por alternativas de solução às demandas locais ocorre por meio do efetivo exercício de direitos e deveres dos atores em seus **territórios** (IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2011, p. 1602. grifo nosso).

Percebemos inicialmente que território aparece em alguns trabalhos no âmbito da gestão social, no entanto, não existe sistematização e compreensão de como o campo aborda o conceito e suas vertentes (em sentido amplo da formação sócio-espacial). Assim, buscamos nesse artigo explorar a questão da formação sócio-espacial, dada a própria demanda declarada de autores do campo por novas perspectivas de pesquisas empíricas e teóricas (CANÇADO, 2011; ALCÂNTARA, 2015; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015).

## **2.2 Formação sócio-espacial: espaço, território e lugar**

O conceito de território pode fornecer importantes subsídios para se ‘pensar’ não apenas a intervenção estatal em seus diferentes níveis, especialmente para o município, mas também para ação de atores envolvidos em relações sócio-espaciais que buscam espaços de atuação e representação para interesses coletivos e públicos. Primeiramente, o conceito de território pode orientar o entendimento dos processos de ordenação territorial, assim como a realização de análises da mediação de conflitos entre diferentes atores que demandam diferentes usos para o espaço social e disputam poder nos territórios.

Diferentes autores tratam de formação sócio-espacial, dentre eles, destacam-se Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Gilles Deleuze & Felix Guatarri. No Brasil, a obra de Milton Santos traz discussão aprofundada sobre o tema. De forma alguma esgotando as especificidades e conceitos de cada um desses autores, buscamos a seguir traçar uma diferenciação entre os conceitos centrais utilizados neste estudo, de forma a posteriormente clarear seu uso nos estudos em gestão social.

Espaço traz concepções diferenciadas e hoje não pode ser dissociado das perspectivas materiais e sociais. Gomes (2009) indica que o espaço é uma categoria ontológica tão central quanto o capital e o trabalho. Haesbaert (2005), por sua vez, menciona que diferentes autores conceituaram e refletiram sobre o espaço, entre eles Milton Santos (2014), com ampla produção sobre espaço social e urbanização. Santos (2014) conceituou espaço como um meio técnico-científico-informacional (que já foi um meio geográfico natural e posteriormente técnico), evidenciando assim a importância da ciência e das técnicas na modificação do meio geográfico, além do aumento do fluxo comunicacional e da quantidade de informações presentes em cada espaço. Em uma de suas últimas obras, “*A Natureza do Espaço*”, Santos (2014) resgata conceitos anteriores e faz uma nova sistematização, do espaço social como um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, destacando a intensa mobilidade dos capitais e a influência das técnicas e da globalização.

Segundo Haesbaert (2008), Felix Guatarri, por sua vez, interpreta o espaço como constrangimento ao indicar a interferência de elementos territoriais de ordem natural ou social. Em uma perspectiva filosófica, Guatarri & Guilles Deleuze são os autores que mais refletiram sobre o território. Michel Foucault também realiza um tratamento especial em sua microfísica do poder e na noção e manutenção de uma ordem de poder, sem deixar de lado a rede de poderes periféricos em relação ao poder centralizado (HAESBAERT, 2008).

Outro autor essencial para se pensar a formação sócio-espacial é Henri Lefebvre, cujos estudos iniciais tratavam da questão do espaço rural e de sua reforma, para posteriormente tratar da urbanização e da industrialização, o direito a cidade e a revolução urbana. Em sua obra “*Production of Space*”, Lefebvre (1991) trata da complexidade e da amplitude do conceito de ‘espaço social’, destacando a visão simplificadora que destaca apenas uma face desse espaço, como espaço geométrico ou físico. O espaço para Lefebvre (2001), desde seus primeiros estudos sobre o tema, é um lugar de consumo no qual também ocorre o consumo de lugar, com valores de uso e de troca. Além disso, é um produto, uma mercadoria que pode ser vendida e parcelada, mas também é uma obra, com ‘valor de uso’, assim como é produtor e produzido por relações de produção e de reprodução em um sistema capitalista. Apesar de associado às relações de produção, o espaço não é apenas material, daí a importância da concepção triádica de espaço de Lefebvre (1991): práticas espaciais, representações de espaço e espaços de representação, vinculados a diferentes níveis ou camadas, impossíveis de serem totalmente separadas; assim o espaço social pode ser ao mesmo tempo ‘espaço percebido’, ‘espaço concebido’ e ‘espaço vivido’.

Antes de tratar do conceito de território, cabe destacar as diferenças entre espaço e território. As principais distinções estão relacionadas à generalização/especificidade, assim como o papel dos sujeitos. Haesbaert (2008), por exemplo, se utilizou das formulações de Lefebvre (1991) sobre apropriação e dominação dos espaços para discutir os territórios. Haesbaert destaca que embora Lefebvre (1991) se refira a espaço e não a território, ele não se refere a um espaço genérico nem a um espaço natural, mas sim a um espaço produzido socialmente, um espaço processo.

Dessa forma, Souza (2005) & Haesbaert (2008) trazem as diferenças e a relação entre espaço e território, que no senso comum são tidos como sinônimos. Concomitantemente, Souza (2005) destaca que território é confundido com o recorte específico de Estado-nação: o território nacional. Saquet (2009) considera que, embora exista uma relação de unidade entre os dois conceitos, estes correspondem a diferentes níveis e processos sócio-espaciais da vida cotidiana e são dois conceitos diferentes do pensamento científico. Se o espaço social é um conceito múltiplo e multifacetado, o território é uma de suas faces.

Gomes (2009) explica que a distinção entre espaço e território reside no fato que o espaço social se refere a uma forma difusa e genérica, enquanto que no território, a identificação dos sujeitos que exercem o poder é fundamental, uma vez que indica como é produzido e controlado o território, além de limitações e constrangimentos impostos a outros sujeitos e das possibilidades de diferenciar territórios. Para Saquet (2009), o espaço é indispensável para se pensar a apropriação e a produção do território.

Souza (2009), por sua vez, evidencia que o território não tem apenas caráter político, mas também cultural e econômico, mesmo que o que define o território em primeiro lugar é o poder. O território não é apenas o substrato material, é antes de tudo um espaço definido e delimitado por relações de poder. Assim, as características geológicas não são a questão central e sim a

compreensão da gênese de um território ou interesse por tomá-lo ou mantê-lo, ou seja, quem e como domina ou influencia – o território é um campo-força: relações de poder espacialmente delimitadas, as quais operam sobre um substrato social (SOUZA, 2009).

Gomes (2009) conceitua ‘territorializar’ como o movimento de um agente no ato de presidir a lógica de distribuição dos objetos sobre uma superfície e de, simultaneamente, controlar as práticas sociais que ali ocorrem. Desta lógica, o território pode ser considerado, segundo Gomes (2009), parte da extensão do conceito de espaço, mobilizada como elemento decisivo para o estabelecimento de um poder, não podendo ser ignorado o fato que o exercício de controle gera expropriação de regras de acesso e circulação. Gomes (2009) ainda apresenta o conceito de territorialidade, visto como conjunto de estratégias de ação utilizadas para estabelecer, manter ou reforçar o poder exercido, traduzido em inclusões e exclusões. Diferente de Haesbaert (2005), Gomes (2009) não vincula a ideia de apropriação aos territórios, por entender que o imaginário, uso e sentimentos baseiam a apropriação, sem que afete o controle exercido no território.

E também importante o conceito de território traduzido por Saquet (2009), para ele a territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo por meio de relações de poder. Seguindo as considerações de Haesbaert (2005), Saquet (2009) compreende a territorialidade como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais, para enfim chegar ao entendimento de territorialidade como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processo de desenvolvimento, sendo, portanto, um fenômeno social intimamente ligado a cada lugar. Dessa forma, ela corresponde, para Saquet (2009), ao poder exercido, extrapolando a dimensão política e envolvendo relações econômicas e culturais.

Das distinções propostas, resta ainda destacar brevemente a diferença entre ‘território’ e ‘lugar’. Onuma & Misoczky (2012), baseadas em Souza (2009), indicam que o poder se coloca em primeiro plano no conceito de território, enquanto o conceito de ‘lugar’ relaciona-se a identidades, intersubjetividades e trocas simbólicas na construção de sentidos e imagem, numa perspectiva de espacialidade vivida, próxima do conceito de espaço vivido de Lefebvre (1991). Percebe-se que existe uma diversidade de conceitos de formação sócio-espacial que traz temas complementares à discussão sobre espaço, território e lugar.

### **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

Figueiredo (1990) traz que as revisões de literatura cumprem dois importantes papéis: integram o desenvolvimento da ciência, num papel histórico e fornecem a pesquisadores, estudantes e profissionais da área informações sobre o desenvolvimento de certo tema, servindo de meio de atualização. Sampaio & Mancini (2007) apresentam as revisões sistemáticas como aquelas metódicas e passíveis de reprodução.

A revisão integrativa, enquanto tipo de revisão sistemática possibilita a análise conjunta de literatura teórica e empírica. Para Botelho, Cunha & Macedo (2011) a revisão integrativa pode englobar a revisão de métodos, teorias e/ou estudos empíricos, podendo ser quantitativa ou qualitativa. Assim, esta revisão se define como uma revisão integrativa e a sucessão de etapas adotadas está presente na Figura 3(e descritas a seguir).



Quadro 2- Procedimentos de pesquisa.

Etapa		Descrição
1	<b>Identificação do tema e pergunta</b>	(a) gestão social e formação sócio-espacial (b) como a formação sócio-espacial e seus conceitos centrais são “apropriados” pelos estudos de gestão social?
2	<b>Pesquisa por artigos e critérios de seleção</b>	(a) seleção de edições relacionadas ao tema e pesquisa na base de periódicos SPELL; (b) aplicação do filtro 1 – remoção de artigos duplicados; (c) aplicação do filtro 2 – remoção dos artigos não aderentes à proposta da pesquisa.
3	<b>Sistematização e verificação da base criada</b>	a) Tabulação dos artigos no <i>Microsoft Excel</i> (título; autores; periódico; QUALIS dos periódicos; ano; palavras-chave; temas relacionados; estado; país; ocorrência de categorias centrais; autores do debate sobre formação sócio-espacial; adjetivações de espaço; referência completa, etc); (b) criação de pasta com artigos completos em ‘pdf’ para análise no <i>software NVivo 10</i> .
4	<b>Análise descritiva</b>	(a) lista de artigos; publicações por ano; estratos dos periódicos; autores principais;
5	<b>Análise integrativa</b>	(a) busca por categorias de análise (território; território de cidadania; espaço social; lugar e outras); (b) análise das ocorrências e dos usos dos conceitos.
6	<b>Discussões e considerações</b>	(a) discussão dos resultados, identificação de lacunas e possibilidades de pesquisas futuras.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Botelho, Cunha & Macedo (2011).

Para montar a base de artigos a serem analisados foram escolhidas primeiramente edições específicas de periódicos que versam sobre o tema abordado: primeiramente, uma edição do periódico *Cadernos EBAPE.BR*<sup>9</sup> – edição com 11 artigos voltados para a gestão social (“Gestão Social: Ensino, Pesquisa e Prática”) e com vários artigos sobre o enfoque territorial. Também foi escolhida a edição especial de 2014 do periódico *Organizações Rurais & Agroindustriais* (8 artigos), que tratava justamente da conciliação da gestão social e territórios (“Gestão Social e Territórios Rurais”). Complementarmente, foi feita uma pesquisa na base de artigos *Scientific Periodicals Electronic Library* – SPELL pelas palavras “gestão social” e “território” no título e resumo de artigos – foram encontrado por este procedimento 24 artigos.

Portanto, a busca resultou em 43 artigos. Primeiramente foi verificada a presença de artigos duplicados entre as edições dos periódicos e os artigos encontrados na SPELL, restando 41 artigos. O segundo filtro utilizado foi a aderência dos artigos à proposta de discussão conjunta dos conceitos de gestão social e de formação sócio-espacial, para verificar essa exigência, foi feita a leitura dos resumos e referenciais teóricos dos 41 artigos. Após isso, restaram 29 artigos.

Em seguida foi feita a tabulação dos artigos no *Microsoft Excel*, com as seguintes informações sobre cada artigo: título; autores; periódico; Qualis do periódico; ano de publicação; palavras-chave; tema central dos artigos; classificação dos artigos em empírico, teórico-empírico ou revisão; caso fossem teóricos-empíricos, ainda eram preenchidas informações sobre o local em que foi feita a pesquisa (cidade, território, estado e país), além do *design* da pesquisa (qualitativa, quantitativa ou ambos). Para todos os artigos também foi verificada a presença das categorias ‘território’, ‘território da

<sup>9</sup> v.9, n.3, 2011.

cidadania’, ‘espaço social’ e ‘lugar’. Ainda nessa tabulação foi considerada a presença de adjetivações de ‘espaço’ como ‘espaço público’ e ‘espaço social’. Especificamente, foi analisado se os textos faziam referência a autores como Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey, Manuel Castells, Gilles Deleuze & Felix Guatarri – centrais para as discussões envolvendo espaço, lugar e território em uma perspectiva crítica da formação sócio-espacial.

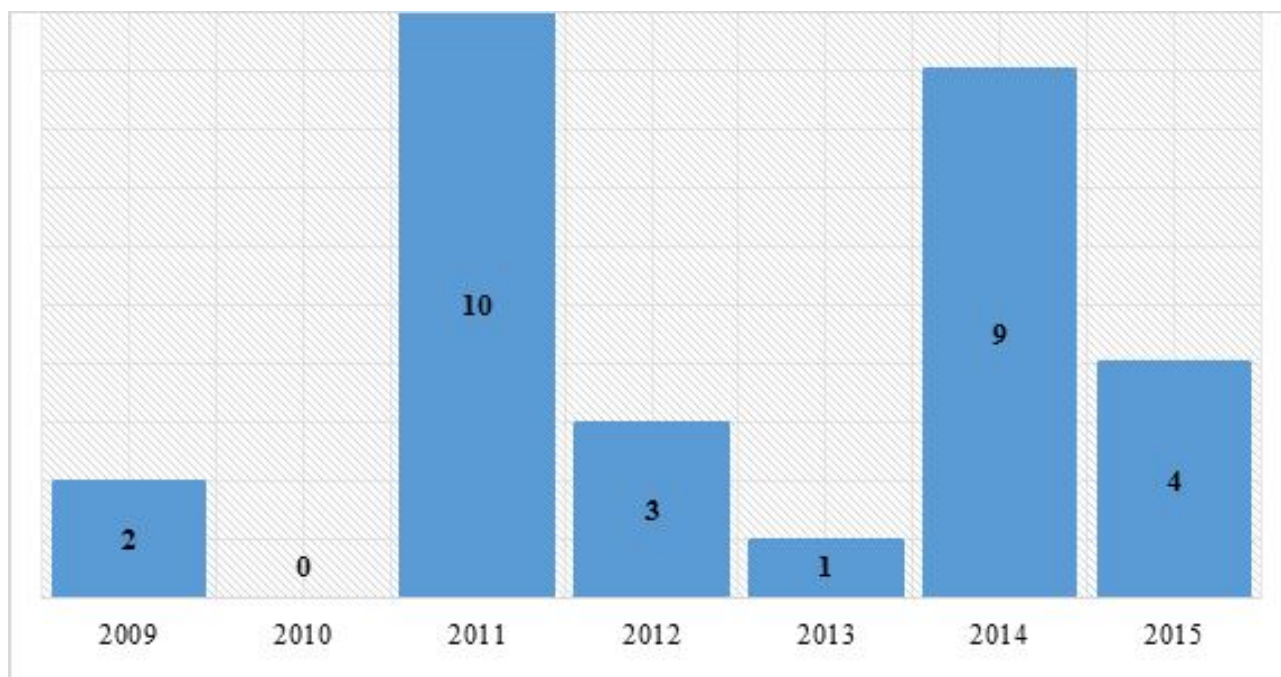
Essa tabulação inicial serviu de base para a análise descritiva cujos resultados são apresentados no primeiro tópico dos resultados. Concomitantemente, os textos completos dos 29 artigos foram salvos para leitura completa e análise de conteúdo feita por meio do *software NVivo 10* (versão *freetrial*). Mais do que simplesmente gerar frequências e médias, a análise de conteúdo feita no *NVivo 10* serviu de norte para uma segunda leitura dos textos focada nas categorias de análise. Por fim, apresentamos a discussão dos resultados, identificação de lacunas e possibilidades de pesquisas futuras.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Análise descritiva

Conforme já descrito foram analisados 29 artigos que tratam de gestão social e temas correlatos à formação sócio-espacial. Iniciamos pela distribuição temporal (Figura 4).

Figura 4 - Número de artigos publicados por ano.



Fonte: Dados de pesquisa.

Observamos inicialmente que os primeiros artigos encontrados são de 2009 e depois disso os próximos foram publicados 2 anos depois, em 2011. Isso indica que a temática da formação sócio-espacial na gestão social pode ser considerada um tema emergente dado especialmente que o artigo seminal que de alguma forma inaugura o campo é de 1998 – “Gestão social: uma perspectiva conceitual” de Tenório (1998) publicado na Revista de Administração Pública. Isto é, dentro da nossa busca (delimitação em revistas), somente em 10 anos depois que a questão do território começou a ser discutida pelo campo da gestão social.

Constatamos também que excluindo as edições especiais o número de publicações é baixo – que destacam a questão da formação sócio-espacial, mesmo que com relativo crescimento nos últimos anos. A seguir, apresentamos algumas características dos 29 artigos.

Quadro 3- Descrição dos artigos selecionados.

Título	Períod.	Autor - ano
Desenvolvimento local e a construção de uma nova territorialidade: a implantação do Programa Territórios da Cidadania no Norte Pioneiro do Paraná	CGPC	Lopes & Kerbauy (2009)
Formação Histórica, Ações e Potencial da Gestão Social no APL de Turismo em Visconde de Mauá RJ/MG	AM	Villela & Maia (2009)
Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010	Ebape	Allebrandt <i>et al.</i> (2011)
A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense	Ebape	Gianella & Callou (2011)
Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida – São Paulo	Ebape	Iizuka, Gonçalves-Dias & Aguerre (2011)
Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica	Ebape	Monje-Reyes (2011)
Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais	Ebape	Moretto Neto, Garrido & Justen (2011)
Gestão social dos territórios da cidadania: o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão do território noroeste de Minas Gerais	Ebape	Pereira <i>et al.</i> (2011)
Desenvolvimento local e estratégia de pequenos empreendimentos agroindustriais – a lógica da cooperação e do associativismo: o Pacto Fonte Nova	Ebape	Sausen, Patias & Allebrandt (2011)
Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí - RJ	Ebape	Santana, Guedes & Villela (2011)
Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ	Ebape	Zani & Tenório (2011)
A gestão social no contexto do programa territórios da cidadania: os casos dos municípios de Braga, Campo Novo e Coronel Bicaco - RS.	APGS	Oliveira <i>et al.</i> (2011)
A Gestão Social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul	DQ	Deckert, Allebrandt & Sausen (2012)
Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial	APGS	Freitas, Freitas & Dias (2012)
APLs e Desenvolvimento Territorial: um Estudo sobre o Programa Território da Cidadania Norte do Rio de Janeiro	DQ	Kronemberger, Villela & Zani (2012)
A efetividade da cidadania no programa territórios da cidadania: um estudo de caso do noroeste colonial do rio grande do sul	AOS	Deckert & Allebrandt (2013)
Comunicação e informação no programa territórios da cidadania: o caso do território da cidadania noroeste colonial	OR&A	Benson & Allebrandt (2014)
Do monólogo ao diálogo: o potencial emancipatório do programa território da cidadania meio-oeste contestado revisitado à luz da gestão social	OR&A	Justen, Moretto Neto & Garrido (2014b)

Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina	OR&A	Kronemberger & Guedes (2014)
A universidade como espaço territorial de inovação: o papel da extensão universitária no incentivo às práticas inovadoras de gestão	OR&A	Mauerberg Jr. <i>et al</i> (2014)
O turismo rural e as reconfigurações territoriais em questão: a força da identidade cultural para o desenvolvimento nas montanhas capixabas	OR&A	Nascimento <i>et al.</i> (2014)
Habilidades sociais e mobilização para o desenvolvimento rural no território da serra catarinense	OR&A	Ribeiro & Andion (2014)
Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí face a megaprojetos em implementação no local	OR&A	Villela, Costa & Cançado (2014)
Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte	Recadm	Cardoso <i>et al.</i> (2014)
Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ	O&S	Zani & Tenório (2014)
Gestão social e desenvolvimento territorial: um olhar a partir do processo de governança dos colegiados territoriais brasileiros	RCA	Dias & Paiva (2015)
Dialogismo e reflexividade: uma análise da contribuição dos centros e programas de estudos de gestão social no Brasil	RCA	Guerra & Teodósio (2015)
A fragilidade da atuação dos conselhos comunitários na condução do plano diretor de Itaguaí-RJ: uma situação de alerta ao desenvolvimento sustentável	RCA	Macedo <i>et al.</i> (2015)
Gestão social nos territórios da cidadania: um estudo de caso no território do meio-oeste do contestado	RCA	Pacheco, Moretto Neto & Silva (2015)
Legenda (apenas para fins de organização na figura): RCA: Revista de Ciências da Administração; O&S: Organizações & Sociedade; CGPC: Cadernos Gestão Pública e Cidadania; AM: Revista ADM.MADE; Ebape: Cadernos EBAPE.BR; APGS: Administração Pública e Gestão Social; OR&A: Organizações Rurais & Agroindustriais; Recadm: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa; AOS: Amazônia, Organizações e Sustentabilidade; DQ: Desenvolvimento em Questão.		

Fonte: Elaboração Própria.

Dada a natureza do conjunto de artigos selecionados, a concentração no número de artigos em 2011 (edição Cadernos EBAPE.BR – 9 artigos) e 2014 (edição Organizações Rurais & Agroindustriais – 7 artigos) se torna coerente com as chamadas da revista. A Revista de Ciências da Administração está em terceira posição com 4 artigos – em decorrência da edição especial “Gestão Social: teoria e prática”. Quanto ao Qualis CAPES (divulgado em 2016) dos periódicos nas quais os artigos foram publicados observamos a presença de periódicos A2 e B1, denotando relevância do tema em periódicos com boa classificação – conforme Tabela 1.

**Tabela 1** – Quantidade de artigos por periódico e Qualis

Periódico	N. Artigos	Porcent.	Qualis
Cadernos EBAPE.BR	9	31,0	A2
Organizações Rurais & Agroindustriais	7	24,1	B2
Revista de Ciências da Administração	4	13,8	B2
Administração Pública e Gestão Social – APGS	2	6,9	B1
Desenvolvimento em Questão	2	6,9	B2
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	1	3,4	B2
Revista ADM.MADE	1	3,4	B2
Amazônia, Organizações e Sustentabilidade – AOS	1	3,4	B3
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)	1	3,4	B1
Revista Organizações & Sociedade – O&S	1	3,4	A2
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Dados de pesquisa.

Quanto aos autores mais profícuos, Allebrandt (6 artigos), Villela (5 artigos) e Sausen (4 artigos) se destacam, com uma forte rede de coautoria entre Allebrandt & Sausen, ambos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Também é importante destacar a divisão entre artigos teóricos e artigos empíricos, dos 29 artigos analisados, 27 são empíricos e apenas 2 teóricos – os artigos teóricos, entretanto, não avançam em uma discussão conceitual sobre formação sócio-espacial. Observamos que 24 dos trabalhos analisados tem *design* qualitativo, 1 quantitativo e 2 quantitativo e qualitativo, predominando estudos de caso com coleta de dados por meio de entrevistas e pesquisa documental.

#### 4.2 Espaço, território e lugar nos estudos da gestão social

A Tabela 2 reúne as frequências de palavras (palavras mais citadas nos artigos) dos artigos realizada por meio do NVivo, com destaque para ‘desenvolvimento’, ‘social’, ‘gestão’, ‘território’ e ‘territorial’. Percebemos palavras que oferecem direcionamentos sobre a ênfase dada no campo como desenvolvimento, cidadania, programa, políticas, atores, local, sociais, rural, participação, dentre outras.

**Tabela 2** – As vinte palavras mais citadas nos artigos.

Palavra	Contagem	Palavra	Contagem
Desenvolvimento	2298	Atores	780
Social	2250	Local	759
Gestão	1793	Sociais	747
Território	1142	Sociedade	716
Territorial	1012	Rural	655
Cidadania	972	Participação	641
Programa	885	Ações	620
Processo	858	Municípios	557
Políticas	829	Públicas	528
Territórios	813	Estado	514

Fonte: Dados de pesquisa.

A Figura 6, semelhantemente, apresenta de forma ilustrativa uma “nuvem de palavras” para as palavras-chave dos artigos. Pela nuvem destacamos que as palavras ‘social’ e ‘gestão’ referentes principalmente à ‘gestão social’; ‘cidadania’ e ‘deliberativa’ referente à ‘cidadania deliberativa’. Outras palavras referentes a ‘políticas públicas’, ‘territórios’, ‘territorial’ e ‘participação’ são as que apresentam maior frequência. Especialmente, cidadania deliberativa aparece como perspectiva teórica e também metodológica com bastante recorrência nos estudos selecionados.

Figura 6 – Nuvem de palavras-chave (25 palavras mais frequentes).



Fonte: Elaboração Própria.

Percebemos que a única categoria de análise delimitadas na metodologia presente entre as vinte palavras mais citadas (e também palavras-chave) é território, com uma frequência de 1142 ocorrências, aparecendo em 28 dos 29 artigos. Apesar do alto número de ocorrências, ‘território’ pode ser considerado uma categoria periférica, uma vez que é citada *em passant* na maioria das vezes, sem um refinamento ou reflexão teórica. Alguns poucos textos, no entanto, trouxeram importantes reflexões e direcionamentos, por exemplo, Santana, Guedes & Villela (2011, p. 852), ao citarem Pires & Pedlowski, destacam que os megaempreendimentos “também implicam no aumento das tensões e conflitos sociais, visto que geram uma inevitável disputa por territórios por agentes que operam a partir de diferentes escalas espaciais, e municiados de diferentes níveis de poder político e econômico”. Dessa forma, os autores evidenciam as diversas ordens presentes no espaço social, que são externalidades que influenciam a produção e reprodução das relações sociais e do próprio espaço social (SANTOS, 2014).

Gianella & Callou (2011, p. 85), ao discutirem a complexidade da noção de território, indicam que o conceito “extrapola os limites disciplinares para se colocar como conceito denso, capaz de impulsionar análise (conhecimento necessário às políticas) e ação (mobilização social rumo à construção de cenários futuros) no espaço da inter e transdisciplinariedade”. Apoiando-se em Zapata, Amorim & Arns apud Gianella & Callou (2011, p. 805-806) indicam que “território é um espaço

socialmente organizado. Território significa espaço e fluxos, ou seja, lugares e pessoas interagindo”, relacionada a uma identidade histórica e cultural. Os autores ainda trazem relevante reflexão a partir do pensamento de Milton Santos, indicando que conceitos são impregnados de vida social e experiências culturais, dessa forma o território não é uma abstração:

Assim, não faz sentido falar de Território abstrato e sim de “Território em uso” (SANTOS, 2005), onde se faz necessário reconhecer e considerar a densa rede de relações cruzadas entre as múltiplas dimensões que se tecem dentro deste conceito: das materiais, físicas e geográficas, às sociais, políticas, de poder, de fluxos informacionais, de costumes, de culturas. Todas estas, imbricadas em processos circulares de influência e condicionamento recíproco, são implicitamente ou explicitamente aludidas quando recorremos ao conceito de Território (GIANELLA; CALLOU, 2011, p. 806).

Outro autor referenciado no campo de estudos de gestão social e enfoque territorial é Abramovay e sua utilização do conceito de capital social. Villela, Costa & Cançado (2014), trazem a percepção do autor sobre o referido conceito:

O conceito de território é resultante dos modos de como a sociedade se organiza para usar os sistemas naturais que apoia sua reprodução. Este conceito, segundo Abramovay (2013), contribui para o abandono das noções restritamente setoriais da atividade agrícola, impede a confusão entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, contribui para entender o jogo dos atores locais e seus mecanismos de governo, das limitações entre os avanços sociais e ecológicos. O território passa a ser considerado pelo seu capital social, ou seja, pelo conhecimento coletivo existente, que explica em muitos aspectos pelos quais uma região se desenvolve e outra não (VILLELA; COSTA; CANÇADO, 2014, p. 212).

Percebemos ainda, pela Tabela 2, que desenvolvimento (seja ele local, territorial, sustentável, etc.) é um conceito muito importante para os estudos de gestão social e de territórios, aparecendo como ponto central do enfoque territorial da gestão social (VILLELA, COSTA; CANÇADO, 2014).

Espaço social é também categoria periférica, cabe aqui destacar que muitos dos estudos encontrados trazem uma perspectiva de espaço mais alinhado a espaço público e à cidadania deliberativa – de onde buscam embasamento em autores como Jürgen Habermas e no próprio campo nos trabalhos de Tenório (1998, 2005). Espaço social teve apenas 8 ocorrências distribuídas entre 5 artigos, para uma média de 0,75 ocorrências por artigos. De forma semelhante, o conceito ‘lugar’ não é aprofundado nos artigos analisados.

A última categoria de análise é ‘territórios de cidadania’, conforme destacado por Pereira *et al.* (2011, p.740), “territórios da cidadania constituem-se em um esforço do governo federal brasileiro em planejar o desenvolvimento do país de modo a reduzir as desigualdades regionais, em uma perspectiva de sustentabilidade e de promoção da cidadania”. Os territórios da cidadania aparecem como possibilidades de desenvolvimento e de maior participação na tomada de decisões, seja por reformarem as dinâmicas participativas, seja por destacarem a capacidade transformativa daqueles que vivem em determinado território.

No que tange aos autores centrais dos estudos sobre território, espaço e lugar, Lopes & Kerbauy (2009), ao tratarem do desenvolvimento local, citam Manuel Castells e sua problematização

das cidades como atores políticos como uma das vertentes dessa concepção de desenvolvimento, em que os municípios devem se articular com as outras escalas e integrar-se ao mundo globalizado, resolvendo seus problemas de gestão e planejamento. Santana; Guedes & Vilella (2011) e Villela & Maia (2009), apesar de citarem Castells, discutem apenas sua problematização de redes, aliando-a à perspectiva de desenvolvimento local e territorial.

Nascimento *et al.* (2014) é o único trabalho em que Henri Lefebvre é citado e mesmo assim de forma breve e por meio do texto de Veiga (2004). David Harvey, outro autor central que discute a questão urbana e formação sócio-espacial e que mais recentemente tem publicado obras mais alinhadas ao pensamento lefebvriano (HARVEY, 2014), não é citado em nenhum dos artigos analisados – o que também ocorre com Gilles Deleuze & Felix Guatarri. Dentre os autores destacados, Milton Santos é o mais citado. Gianella & Callou (2011), Moretto Neto, Garrido & Justen (2011) e Benson & Allebrandt (2014) trazem importantes reflexões feitas pelo geógrafo baiano. Os últimos aproximam-se da obra “*Espaço do Cidadão*” de Santos para evidenciar o “distanciamento social, geográfico e político entre os cidadãos [brasileiros]” (BENSON; ALLEBRANDT, 2014, p. 252), indicando que aqueles que residem na periferia dispõem de “menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes de poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado” (SANTOS apud BENSON; ALLEBRANDT, 2014, p. 252), não esquecendo que a segregação e fragmentação são importantes categorias para se pensar o território e o espaço social.

Moretto Neto, Garrido & Justen (2011) também tratam de uma construção histórica, ao evidenciar que as relações homem-natureza são produtoras de técnicas, diferentes para cada período da história. As técnicas têm destaque na obra de Santos, o que facilmente percebido nas obras “Por uma outra Globalização” e “A Natureza do Espaço”, a própria formação espacial é discutida por Santos (2014) a partir de um meio técnico-científico, nos diversos fluxos entre pessoas e o meio em que interagem. Considerando a extensa obra de Milton Santos e sua profunda discussão sobre formação sócio-espacial e territórios, o pensamento de Santos e dos demais autores aqui discutidos é pouco explorado na grande maioria dos textos, que enfocam territórios da cidadania, como apresentado anteriormente, ou território como sinônimo de substrato material ou de uma região demográfica, sem considerar fluxos, atores e a disputa por poder, pontos centrais das discussões de formação sócio-espacial.

Outro ponto que precisa ser problematizado é as adjetivações utilizadas para o conceito de espaço, que recebe os mais diversos adjetivos, quase sempre não repetidos em diferentes trabalhos: ‘econômico periférico’, ‘educacional’ (MORETTO NETO; GARRIDO; JUSTEN, 2011), ‘agrário’ (SAUSEN; PATIAS; ALLEBRANDT, 2011), ‘de participação social’ (ZANI; TENÓRIO, 2011), ‘institucionalizado de participação’ (MACEDO *et al.*, 2015). Mas dentre todas as adjetivações, uma merece especial destaque: espaço público que aparece de forma bastante recorrente – no entanto, não é abordado a partir dos pressupostos teóricos dos debates sobre formação sócio-espacial.

Dentre os artigos empíricos, nota-se uma diversidade de eventos, locais, ‘territórios’ e espaços analisados, seja do ponto de vista institucional ou demográfico (Figura 4). Contudo, a maior parte dos trabalhos está geograficamente concentrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro.



Quadro 4- Eventos, locais, territórios e espaços analisados.

Território, Espaço ou Local	Referência - Artigo
Territórios da cidadania	Lopes & Kerbauy (2009); Gianella & Callou (2011); Iizuka; Gonçalves-Dias & Aguerre (2011); Oliveira <i>et al.</i> (2011); Pereira <i>et al.</i> (2011); Zani & Tenório (2011; 2014); Deckert, Allebrandt & Sausen (2012); Kronemberger, Villela & Zani (2012); Deckerte Allebrandt (2013); Justen, Moretto & Garrido (2014b); Kronemberger & Guedes (2014); Dias & Paiva(2015); Pacheco, Moretto Neto & Silva (2015).
Construção de megaempreendimentos	Santana; Guedes & Villela (2011); Villela, Costa & Cançado (2014).
Arranjos produtivos locais	Vilella & Maia (2009); Kronemberger, Villela & Zani (2012).
Políticas de desenvolvimento	Freitas, Freitas & Dias (2012); Cardoso <i>et al</i> (2014)
<i>Geoparks</i>	Gianella & Callou (2011).
Empreendimentos agroindustriais associativos	Sausen, Patias & Allebrandt (2011).
Empreendimentos rurais focados em turismo	Nascimento <i>et al.</i> (2014).
Conselhos regionais de desenvolvimento	Allebrandt <i>et al.</i> (2011).
Conselhos comunitários	Macedo <i>et al.</i> (2015).
Colegiado de desenvolvimento territorial	Ribeiro & Andion (2014).
Universidades	Mauerberg Junior <i>et al.</i> (2014).

Fonte: Elaboração Própria.

Finalmente, constatamos que de forma semelhante, para as categorias ‘espaço’, ‘lugar’ e ‘território’, os autores que trabalham com formação sócio-espacial são pouco utilizados, indicando mais uma vez que as categorias centrais problematizadas por esses autores são tratadas sem o devido aprofundamento teórico ou reflexões sobre o ‘peso teórico’ que o conceito já carrega. Dessa forma, consideramos relevante que, conforme feito por Gianella & Callou (2011) e Pereira *et al.* (2011), os trabalhos de gestão social que tratem de territórios, sem predileção por um ou outro conceito de formação sócio-espacial, devem especificar a qual conceito e corrente teórica se referem para não ocorrer em ‘usos’ ontologicamente, epistemologicamente e até metodologicamente inadequados dos mesmos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo nos valem do método de revisão integrativa a fim de responder à questão: como a formação sócio-espacial e seus conceitos centrais são “apropriados” pelos estudos de gestão social? Concluímos que o campo de gestão social ainda que tenha muito avançado, a temática da formação sócio-espacial ainda permanece como uma lacuna no campo. As categorias centrais estipuladas a partir de relevante literatura sobre formação sócio-espacial (território, espaço e lugar), estão em sua grande maioria, pouco exploradas pelo campo, evidenciando possibilidades de futuras pesquisas em temas ainda praticamente inexplorados ou sub-teorizados – motivo pelo qual nenhuma das categorias (território, espaço ou lugar) aparece como categoria central (nem forma de organização) da gestão social na sistematização de Cançado, Pereira & Tenório (2013, 2015). Assim, a conclusão geral é que existe uma discussão ainda limitada pela gestão social no que tange ao amplo campo de debates interdisciplinar sobre território, espaço e lugar.

Como principal limitação do presente estudo destacamos o tratamento mais descritivo do que explicativo dos resultados e a delimitação da pesquisa em apenas artigos publicados em periódicos, além, de considerar um número limitado de categorias relacionadas ao conceito de formação sócio-espacial que podem ser ampliadas. Como principais contribuições do texto, temos que (1) é a primeira sistematização do conhecimento sobre gestão social e territórios; (2) fornece direcionamentos para o aprofundamento de pesquisas sobre temáticas próximas à de formação sócio-espacial; (3) indica lacunas nos estudos analisados, as principais: (i) carência de debate teórico aprofundado sobre território, espaço ou lugar; (ii) utilização do conceito de território atrelado apenas a uma dimensão geográfica e neutra; (iii) carência de debate sobre importantes fenômenos e categorias como territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, dominação e apropriação, território funcional e território simbólico, território-rede e território-zona e (iv) pouca ‘leitura’ de textos clássicos e atuais sobre a temática de formação sócio-espacial. Essas lacunas podem ser convertidas em pesquisas futuras. Aqui, indicamos a seguinte agenda de pesquisa:

- a) Analisar os pressupostos ontológicos e epistemológicos adotados pelos estudos da gestão social que utilizam conceitos de território, espaço e lugar;
- b) Identificar as diferenças e complementaridades entre os conceitos de espaço público (na linha de participação e deliberação) e de espaço social;
- c) Problematizar a formação dos ‘territórios’ tendo em vista os processos conflitivos e a naturalização de práticas voltadas para o ‘valor de troca’ em detrimento do ‘valor de uso’ dos espaços e lugares.

Finalmente, tendo em vista que a gestão social, principalmente na sua vertente frankfurtiana (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014), busca um gerenciamento mais dialógico, pautado no interesse público não estatal, no bem comum e tem como finalidade a emancipação (TENÓRIO, 1998, 2005; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015), ela pode ampliar suas possibilidades ao abranger categorias e pesquisas importantes para a compreensão dos territórios, espaços e lugares em que os atores que desenvolvem tais práticas estão inseridos e se constituem. Assim, este artigo é também uma ‘chamada’ para estudos e reflexões que visem transformações significativas na sociedade e nos territórios, espaços e lugares que ela ‘ocupa’, ‘constrói’ e ‘faz morada’.

## REFERÊNCIAS

---

ALCÂNTARA, V. C. **Mundo-da-vida e sistema**: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana. 2015. 421 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

\_\_\_\_\_. Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões. *In*: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 18, 2015, São Paulo, **Anais** [...] São Paulo: FEA-USP.

ALLEBRANDT, S. L. *et al.* Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990- 2010. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 914-945, 2011.

BENSON, A., ALLEBRANDT, S. L. Comunicação e informação no programa territórios da cidadania: o caso do território da cidadania noroeste colonial. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 247-261, 2014.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 315 f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

CARDOSO, B. L. D. *et al.* Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 1, p. 39-55, 2014.

DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L. A efetividade da cidadania no Programa Territórios da Cidadania: um estudo de caso do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 139-152, 2013.

DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. A gestão social no território da cidadania noroeste colonial do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 88-118, 2012.

DIAS, T. F.; PAIVA, J. A. Gestão social e desenvolvimento territorial: um olhar a partir processo de governança dos colegiados territoriais brasileiros. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. especial, p. 91-105, 2015.

FIGUEIREDO, N. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 23, n. 1, p. 131-135, 1990.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento territorial. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 1, p. 76-99, 2012.

GARCIA, A. S. **Esferas públicas como uma categoria fundante da gestão social**. 2016. 273 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

GIANNELLA, V.; CALLOU, A. P. A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 803-827, 2011.

GOMES, P. C. C. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.11-20.

GUERRA, J.; TEODÓSIO, A. D. S. S. Dialogismo e reflexividade: uma análise da contribuição dos centros e programas de estudos de gestão social no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n especial, p. 45-62, 2015.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida – São Paulo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 748-779, 2011.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 2, p. 237-251, 2014a.

\_\_\_\_\_. Do monólogo ao diálogo: o potencial emancipatório do Programa Território da Cidadania Meio-Oeste Contestado revisitado à luz da gestão social. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 192-207, 2014b.

KRONEMBERGER, T. S.; GUEDES, C. A. M. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014.

KRONEMBERGER, T. S.; VILLELA, L. E.; ZANI, F. B. APLs e desenvolvimento territorial: um estudo sobre o programa território da cidadania norte do Rio de Janeiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 28-60, 2012.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK; Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991.  
\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, E.; KERBAUY, M. T. M. Desenvolvimento local e a construção de uma nova territorialidade: a implantação do Programa Territórios da Cidadania no Norte Pioneiro do Paraná. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 14, p. 55, p. 79-103, 2009.

MACEDO, L. F. A. *et al.* A Fragilidade da atuação dos conselhos comunitários na condução do plano diretor de Itaguaí-RJ: uma situação de alerta ao desenvolvimento sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. especial, p. 134-148, 2015.

MAUERBERG JUNIOR, A. *et al.* A universidade como espaço territorial de inovação: o papel da extensão universitária no incentivo às práticas inovadoras de gestão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 220-232, 2014.

MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta em práctica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 704-723, 2011.

MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 828-845, 2011.

NASCIMENTO, P. F. *et al.* O turismo rural e as reconfigurações territoriais em questão: a força da identidade cultural para o desenvolvimento nas montanhas capixabas. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, 178-191, 2014.

OLIVEIRA, J. R.. *et al.* A gestão social no contexto do programa territórios da cidadania: os casos dos municípios de Braga, Campo Novo e Coronel Bicaco – RS. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, n. 1, 43-65, 2011.

ONUMA, F. M. S.; MISOCZKY, M. C. Uma reflexão sobre a noção de *desterritorialização identitária* e suas implicações para políticas de acolhida de refugiados. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO- ANPAD*, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2012.

PACHECO, A. S. V.; MORETTO NETO, L. SILVA, K. V. G. Gestão Social nos Territórios da Cidadania: um estudo de caso no Território do Meio-Oeste do Contestado. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. especial, p. 106-119, 2015.

PEREIRA, J. R. *et al.* Gestão social dos territórios da cidadania: o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão do território noroeste de Minas Gerais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 724-747, 2011.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE. BR**, v.12, n. 2, p. 221-236, 2014.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C. Habilidades sociais e mobilização para o desenvolvimento rural no Território da Serra Catarinense. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 167-177, 2014.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, R. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTANA, J. S.; GUEDES, C. A. M.; VILLELA, L. E. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí - RJ. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 846-867, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014.  
SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAUSEN, J. O.; PATIAS, I. A.; ALLEBRANDT, S. L. Desenvolvimento local e estratégia de pequenos empreendimentos agroindustriais – a lógica da cooperação e do associativismo: o Pacto Fonte Nova. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 868-894, 2011.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

\_\_\_\_\_. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, 101-124, 2005.

\_\_\_\_\_. Tem razão a gestão social?. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO. Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2013.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v. 51, n. 18, p. 51-67, 2004.

VILLELA, L. E.; MAIA, S. W. Formação histórica, ações e potencial da gestão social no APL de turismo em Visconde de Mauá RJ/MG. **Revista ADM.MADE**, v. 13, n. 2, p. 34-47, 2009.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G.; CANÇADO, A. C. Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí face a megaprojetos em implementação no local. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 208-219, 2014.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G. Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 780-802, 2011.

\_\_\_\_\_. Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 68, p. 853-874, 2014.